

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

**Correspondência ao Autor**

Nome: Pedro Henrique Prado da Silva

E-mail: pedro.silva@ifnmg.edu.br

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Brasil

Submetido: 22/06/2023

Aprovado: 25/09/2023

Publicado: 15/04/2024

 10.20396/rho.v24i00.8673753

e-Location: e024013

ISSN: 1676-2584

**Como citar ABNT (NBR 6023):**

PRADO DA SILVA, P. H.;

REZENDE, N. B. História da educação de Minas Gerais: os estudos sobre a escolarização no sertão mineiro nas revistas especializadas (1880-1945).

Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 24, p. 1-18, 2024. DOI:

10.20396/rho.v24i00.8673753.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8673753>. Acesso em: 15 abr. 2024.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



## HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS: OS ESTUDOS SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO NO SERTÃO MINEIRO NAS REVISTAS ESPECIALIZADAS (1880-1945)

  **Pedro Henrique Prado da Silva\***

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

  **Nádia Bueno Rezende\*\***

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

### RESUMO

Objetivou-se neste trabalho realizar um balanço sobre a produção científica na área da história da educação que diz respeito ao tema da escolarização no sertão de Minas Gerais, entre o período de 1880 e 1945. A investigação concentrou-se em mapear os trabalhos publicados em quatro revistas acadêmicas especializadas na área, utilizando o descritor “Minas Gerais”. Após as análises, verificou-se o pouco investimento dos pesquisadores nos estudos sobre a história da escolarização no sertão de Minas Gerais. Dessa forma, acredita-se que a história da educação em perspectiva regionalizada pode vir a subsidiar descobertas já existentes que traçam um itinerário global e nacional sobre os objetos investigados, bem como contribuir para novas descobertas na área.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da educação em Minas Gerais. Escolarização. Sertão de Minas Gerais. História regionalizada. Historiografia.

**HISTORY OF EDUCATION IN MINAS GERAIS: THE STUDIES ON SCHOOLING IN THE “SERTÃO MINEIRO” IN SPECIALIZED MAGAZINES (1880-1945)**

**Abstract**

The objective of this work was to carry out a balance on the scientific production in the area of the history of education regarding the theme of schooling in the “sertão de Minas Gerais”, between the period of 1880 and 1945. The investigation focused on mapping the works published in four academic journals specialized in the area, using the descriptor “Minas Gerais”. After the analyses, there was little investment by researchers in studies on the history of schooling in the “sertão de Minas Gerais”. In this way, we believe that the history of education in a regionalized perspective can support existing discoveries that outline a global and national itinerary on the investigated objects, as well as contribute to new discoveries in the area.

**Keywords:** History of education in Minas Gerais. Schooling. “Sertão de Minas Gerais”. Regionalized history. Historiography.

**HISTORIA DE LA EDUCACIÓN EN MINAS GERAIS: LOS ESTUDIOS SOBRE LA ESCOLARIZACIÓN EN EL “SERTÃO DE MINEIRO” EN REVISTAS ESPECIALIZADAS (1880-1945)**

**Resumen**

El objetivo de este trabajo fue realizar un balance sobre la producción científica en el área de historia de la educación en torno al tema de la escolarización en el “sertão de Minas Gerais”, entre el período de 1880 y 1945. La investigación se centró en mapear los trabajos publicados en las cuatro revistas académicas del área utilizando el descriptor “Minas Gerais”. Después del análisis, fue verificado poca motivación de los investigadores no estudios sobre la historia da escolarización no “sertão de Minas Gerais”. De esta manera, creemos que la historia de la educación en una perspectiva regionalizada puede subvencionar los descubrimientos existentes que trazan un itinerario global y nacional sobre los objetos investigados, así como contribuir a nuevos descubrimientos en el área.

**Palabras clave:** Historia de la educación en Minas Gerais. Escolarización. “Sertão de Minas Gerais”. Historia regionalizada. Historiografía.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como propósito identificar e analisar estudos publicados em periódicos científicos da área da história da educação, que abordaram o tema da escolarização em perspectiva regional, especificamente considerando a área que denominamos **sertão de Minas Gerais**, bem como a temporalidade entre 1880 e 1945. Temos a premissa de que as pesquisas com foco regionalizado são fundamentais para a compreensão dos processos de escolarização, e que elas podem fornecer novas problemáticas de análises, mesmo para os estudos que pretendem uma abordagem mais ampla, nacional, da história da educação, especialmente se considerarmos as primeiras décadas republicanas, tempos de propagação de variados argumentos em favor da educação do povo.

Argumentamos, portanto, que a abordagem regional contribui para uma maior compreensão dos sentidos e significados da escolarização no Brasil, enfatizando diferentes formatos de escolas, diversificadas experiências formativas e diversas influências locais. Para abarcar as especificidades, ao realizarmos a coleta de estudos que abordaram a noção de escolarização, consideramo-las em amplo escopo, tal como sugere Boto (2014, p. 103). Para a autora, o processo de escolarização deve ser entendido como um desdobramento, polifônico e polissêmico, das expectativas e da atuação de reformadores sociais, correspondendo, assim, ao estabelecimento longo e lento de modos de organização do cotidiano e de estilos de vida, que perfazem uma maneira específica de difusão de saberes e valores. Faria Filho (1996, p. 8) também considera a escolarização em perspectiva ampliada e polissêmica, bem como reforça a pertinência de articulá-la com as demais dimensões da sociedade, considerando os recortes temporal e espacial.

Além de buscar nos estudos realizados um foco regionalizado, priorizamos a temporalidade compreendida entre 1880 e 1945. Essa passagem do século XIX para o século XX foi crucial para as políticas republicanas voltadas para a escolarização. Naquele contexto, a educação ganhou atenção especial, justificada, entre outros aspectos, pela crescente presença dos problemas sociais advindos do analfabetismo, retórica dominante nos discursos de políticos e reformadores sociais. Nas primeiras décadas do século XX, foram criados os Grupos Escolares<sup>1</sup>, implementadas inúmeras reformas do ensino, com destaque para as duas de Minas Gerais, ocorridas em 1906 e 1926. Também naquelas décadas cresceram as expectativas pela constituição de um sistema nacional de educação, que contou inclusive com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, e a nacionalização do ensino primário em 1944. Tudo isso nos impeliu a definir o período entre 1880 e 1945 como um momento de maior pujança de eventos envolvendo o tema da escolarização, formação e instrução da população. A rigor, acreditamos que o processo de escolarização, constituído no ideário republicano, teve seus alicerces estabelecidos nesse período, bases sólidas que ainda hoje fundamentam a importância da escola.

Entretanto, considerando a importância dos recortes espaciais, conforme já observamos, é necessário problematizar o fato de que a ampliação da escolarização, tão relevante naquele contexto, não ocorreu de forma semelhante em todas as localidades, nem com as mesmas premissas, tampouco em sincronia com os centros urbanos onde as políticas eram formuladas. Para exemplificar essa discrepância, podemos refletir sobre a escolarização nos chamados “sertões” do Brasil, a partir das investigações de Lima (2013). Segundo a autora, distância em relação ao poder público e a projetos modernizadores são denominadores comuns dos vários significados de “sertão” nas primeiras décadas republicanas. Em sentido semelhante, Monarcha (2009, p. 92) enfatiza que, na década de 1910, viajantes médicos e cientistas denunciavam a situação dos chamados “sertões” do País, utilizando o vocábulo para se referir tanto às localidades periféricas e mais distantes dos centros urbanos quanto à negligência da marcha civilizatória brasileira. O autor conclui que o “sertão” e o “sertanejo” foram analisados sob a seguinte ótica: “Terra-de-ninguém, habitada por homens e mulheres dotados de força rude, porém, inconscientes de si, confins subjogados pelo caos da natureza e afastados da ordem nacional” (Monarcha, 2009, p. 92). Para as pessoas que habitavam essas localidades, a escolarização, formulada como solução para tais males, obviamente teria premissas, objetivos e impactos diferentes daqueles observados nos centros urbanos, bem como seria recebida, pelas populações, de forma diversa.

A identificação dos “sertões” e dos “sertanejos” foi realizada, entre outras localidades, a partir da leitura da situação de parte do território de Minas Gerais, a região ao norte do estado. (Lima, 2013, p. 142; Monarcha, 2009, p. 94). Esse fato evidencia uma questão indelével relativa às características deste estado: a sua amplitude territorial. Esbarram nessa problemática as pesquisas na área de história da educação que têm se debruçado sobre as diferentes experiências formativas e o processo de escolarização em Minas Gerais. Esse fator complexifica a definição de categorias conceituais, haja vista que a imensidão geográfica abriga distinções culturais, econômicas, históricas e sociais das populações espalhadas nas mais diferentes regiões do estado. Sendo assim, refletir sobre as características regionais nos parece um esforço potente, pois reforça a consideração de que os elementos constitutivos dos aspectos de uma determinada regionalidade dialogam com os processos educativos desenvolvidos em âmbito local. Desse modo, entendemos ser inviável investir em uma análise sobre experiências formativas e desconsiderar os fatores econômicos, políticos, culturais, de classe etc. que contribuem para a formação das características específicas de determinado território e, também, atravessam a dimensão educativa das experiências capturadas pelo historiador.

Essa reflexão é visível na historiografia da educação de Minas Gerais, que tem feito o esforço de privilegiar as questões particulares e específicas na configuração dos espaços e das regiões, de modo a apreender as singularidades locais e como elas têm implicações sobre as experiências formativas ao longo do tempo. O foco mais regionalizado comumente levanta problematizações que trazem desafios às pesquisas que adotam uma abordagem mais

ampla dos acontecimentos da escolarização, privilegiando os eventos ligados à História da Educação do Brasil, tais como reformas políticas, legislações, campanhas e movimentos nacionais, entre outros, ou, ainda, tratando de regiões ou sub-regiões como amostras representativas de todo o estado.

Sobre isso, Fonseca e Batista (2019, p. 752) acentuam que:

A historiografia sobre Minas Gerais vem construindo um movimento de análise que tem indicado a importância das sub-regiões que compõe o território mineiro revelando, com isso, a necessidade de levar em consideração as particularidades do espaço no entendimento dos processos históricos. A vastidão do território mineiro associada a uma dinâmica particular de ocupação de suas diferentes regiões indica a necessidade de uma consideração mais efetiva da categoria espaço nas análises relativas ao desenvolvimento histórico de Minas.

Diante do avanço da importância do recorte espacial regionalizado nas pesquisas em história da educação em Minas Gerais, percebemos, por um lado, que determinadas regiões ganharam uma maior atenção dos historiadores, por diferentes razões, e, por outro, que existem localidades invisibilizadas. Talvez este seja o caso do que denominamos, a princípio imprecisamente, como sertão de Minas Gerais. Uma vasta região com características plurais nos quesitos geográficos, climáticos, populacionais e de ocupação do território, entre outras peculiaridades, pouco explorada na historiografia da educação, mesmo abrigando províncias e municípios fundamentais para a economia do estado<sup>2</sup>. Ademais, na passagem do século XIX para o século XX, no território em questão, podia-se verificar a presença de instituições formativas importantes, tais como os Grupos Escolares de Araçuaí, Diamantina, Montes Claros, Salinas, São Francisco, Teófilo Otoni e Paracatu, o que comprova a existência de empreendimentos educativos e um processo de escolarização, em localidades fundamentalmente rurais, abrigo das populações então chamadas de “sertanejos”. Diante disso, as intempéries que desestimularam a realização de estudos sobre essa região nos levam a perguntar: o que sabemos sobre a história da educação e da escolarização no sertão de Minas Gerais?

Nosso propósito é compreender o que os historiadores da educação têm publicado sobre as experiências de instrução formal e informal nas regiões localizadas ao norte do estado, de modo a mapear as lacunas deixadas pela historiografia e contribuir para o avanço dos estudos sobre a escolarização nessa localidade, que se encontra distante dos centros urbanos então constituídos. Para tanto, metodologicamente, utilizamos o esquema territorial elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divide o estado em 12 mesorregiões, a saber: Noroeste de Minas Gerais, Norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas, Campo das Vertentes, Zona da Mata. Assim, separamos os estudos segundo a mesorregião-alvo dessas investigações. Identificamos, ainda, um conjunto de estudos que trataram de “todo território de Minas Gerais”, isto é, sem especificar cidades, localidades ou

instituições que pudéssemos associar a alguma mesorregião do estado. Tais pesquisas têm um olhar geral sobre a história da educação em Minas Gerais, e/ou realizam análises sobre legislação, manuais escolares, entre outros, que não dizem respeito especificamente a uma região do estado.

O território que nos interessa, denominado por nós de sertão de Minas Gerais, engloba quatro mesorregiões, a saber: Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Norte de Minas Gerais e Noroeste de Minas Gerais. (IBGE, 2014). Sabemos que esta definição em mesorregiões foi estabelecida contemporaneamente, a partir de fatores econômicos, geográficos, culturais, e de processos históricos de ocupação dessas localidades. Por isso, para a identificação dos municípios que compunham essa região no recorte temporal que investigamos, utilizamos o esboço cartográfico de 1925 (Silveira, 1926), por meio do qual extraímos os municípios e distritos que compõem essa região, área-alvo de nossas investigações.

Além do recorte espacial, buscamos evidenciar também o recorte temporal das pesquisas. Para tanto, consideramos como referência a temporalidade que nos interessa, isto é, os anos entre 1880 e 1945, e classificamos as pesquisas segundo os seguintes critérios: aquelas que correspondem ao período pré-1880, as que tratam do período entre 1880 e 1945, e, por fim, as relativas aos anos pós-1945<sup>3</sup>.

A partir desses critérios, optamos por fazer a busca nos quatro periódicos especializados na área de história da educação: **a Revista Brasileira de História da Educação (RBHE)**, **a Revista de História da Educação – UFRGS (RHE-UFRGS)**, **os Cadernos de História da Educação – UFU (CHE-UFU)** e **a Revista HistedBr-online**<sup>4</sup>. No campo de busca dos referidos periódicos, utilizamos o descritor “Minas Gerais” para selecionar os trabalhos que compreendem nosso recorte territorial; após a leitura e análise, distribuimos esses trabalhos em duas tabelas, de modo a evidenciar a quantidade de pesquisas segundo as relações entre mesorregião/temporalidade e mesorregião/periódico, conforme apresentado no tópico seguinte.

## QUANTIDADE DE ESTUDOS QUE ABORDAM A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS

Após a coleta de dados, nos quatro periódicos descritos anteriormente, foi possível selecionar 170 trabalhos que abordam a história da educação em Minas Gerais. A Tabela 1 apresenta a quantidade de pesquisas publicadas segundo a mesorregião e temporalidade alvos.

Tabela 1 – Artigos dos quatro periódicos especializados na área de História da Educação

Regiões/Temporalidades	pré-1880	1880–1945	pós-1945
Noroeste de Minas Gerais	0	0	0
Norte de Minas Gerais	0	5	2
Vale do Jequitinhonha	0	2*	0
Vale do Mucuri	0	0	0
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	1	24	18
Central Mineira	0	0	0
Metropolitana de Belo Horizonte	5	17	4
Vale do Rio Doce	0	0	1
Oeste de Minas	0	0	1
Sul/Sudoeste de Minas	3	0	0
Campo das Vertentes	0	5	0
Zona da Mata	0	11	3
Todo território de Minas Gerais	13	46	9

\* Os estudos que compreendem a mesorregião Vale do Jequitinhonha também abordam a mesorregião Norte de Minas Gerais. Escolhemos realizar o registro na mesorregião Vale do Jequitinhonha, uma vez que ela não apresentou nenhuma outra ocorrência além dessas, diferentemente da mesorregião do Norte de Minas Gerais, na qual foi possível elencar outros estudos. Fonte: Elaborado pelos autores, com base na coleta de dados.

Primeiramente, destacamos a quantidade significativa de artigos que tratam de “todo território de Minas Gerais”, a saber, 68 trabalhos, isto é, 40% das pesquisas sobre o estado. Sem descartar a relevância de tais estudos, avaliamos que escapam deles uma série de diferenças culturais, sociais, econômicas e históricas existentes entre localidades específicas de Minas Gerais. Os dados evidenciados na Tabela 1 revelam ainda a discrepância entre a quantidade de estudos relativos às demais mesorregiões quando comparadas aos trabalhos relativos ao Triângulo Mineiro (43), à Metropolitana de Belo Horizonte (26) e à Zona da Mata (14). Descartando os 68 estudos que tratam de “todo território de Minas Gerais”, e considerando o universo de 102 estudos com abordagem mais local, concluímos que as três mesorregiões citadas, juntas, formam um conjunto de cerca de 82% das investigações, e, portanto, tiveram uma maior atenção dos pesquisadores. Por outro lado, as outras nove mesorregiões do estado, somadas, foram o foco de 19 artigos, o que corresponde a cerca de 18% do total de estudos com recorte mais local. Logo, é flagrante o diminuto número de publicações sobre a história da escolarização e da educação em grande parte do território do estado, o que, com efeito, ratifica a suspeita da escassez de conhecimentos sobre tão vasta região.

Ademais, analisando os dados da Tabela 1 relativos às quatro mesorregiões correspondentes aos nossos interesses de pesquisa, a saber: o Noroeste de Minas Gerais, o Norte de Minas Gerais, o Vale do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri, que correspondem a

um vasto território localizado mais ao norte do estado, podemos constatar um total de nove artigos, cerca de 8% das publicações com abordagem mais local. O premente dado torna-se ainda mais relevante quando verificamos que duas das mesorregiões que compõem o sertão de Minas Gerais, especificamente o Noroeste de Minas Gerais e o Vale do Mucuri, não foram contempladas com nenhum estudo, em nenhuma das temporalidades<sup>5</sup>. Entendemos que a ausência desses territórios nos artigos que investigam a história da escolarização em Minas Gerais acarreta lacunas significativas, especialmente importantes para a compreensão de localidades possivelmente um tanto desprezadas pelos poderes públicos. Portanto, importa refletir: o que dificultou a realização de estudos sobre essas localidades? Seria a dificuldade de acesso as fontes? Ou seria pelo fato de as regiões mais estudadas serem consideradas, historicamente, pelos historiadores, como centros políticos, econômicos e, conseqüentemente, educacionais no estado de Minas Gerais?

Além disso, as investigações que correspondem ao sertão de Minas Gerais, os trabalhos publicados, tratam especificamente dos municípios de Montes Claros e Diamantina. Dessa maneira, é possível especular que a concentração de estudos sobre esses municípios ocorreu devido à presença de, ao menos, uma universidade pública que apresenta programas de pós-graduação *stricto sensu* na área de educação. É o caso da Universidade Estadual de Montes Claros, em Montes Claros, e a Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, em Diamantina. Podemos citar ainda o fato de esses municípios serem referências econômicas e políticas ao longo do processo histórico de ocupação de seu território e das regiões que integram.

Finalmente, segundo a Tabela 2, é possível verificar que a maioria dos trabalhos coletados, que se concentram em analisar o estado de Minas Gerais, se encontram no periódico CHE-UFU.

Tabela 2 – Quantidade de estudos por revista e por região do estado de Minas Gerais

Regiões Revistas	Noroeste de Minas Gerais	Norte de Minas Gerais	Vale do Jequitinhonha	Vale do Mucuri	Outras mesorregiões	Minas Gerais como um todo
<i>RBHE</i>	0	1	0	0	12	22
<i>RHE- UFRGS</i>	0	1	1	0	14	7
<i>CHE- UFU</i>	0	5	1	0	50	29
<i>Revista HistedBr on-line</i>	0	0	0	0	17	10

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na coleta de dados.



O mesmo ocorre para trabalhos que correspondem à região que chamamos de sertão de Minas Gerais, o que indica, hipoteticamente, que um periódico associado ao programa de pós-graduação *stricto sensu* em uma universidade pública presente no estado de Minas Gerais, bem como os grupos de estudos que o compõem, podem vir a privilegiar pesquisas que tomem como objeto experiências localizadas nas regiões do estado. Ainda que a obviedade desta constatação esteja aparente, é importante sublinhar este fato, visto que se tornam ilustrativos para os demais pesquisadores os principais centros difusores de estudos sobre o estado, uma vez que estejam em busca de referências para novas pesquisas que tomem como escopo a regionalidade sobre a qual estamos nos debruçando.

Para nos aprofundarmos na produção relativa às quatro mesorregiões que nos interessam, no próximo tópico analisamos os trabalhos que nos ajudam a compreender a escolarização no sertão de Minas Gerais, considerando a temporalidade entre 1880 e 1945.

## **ESTUDOS SOBRE ESCOLARIZAÇÃO NO SERTÃO DE MINAS GERAIS**

Entre os estudos selecionados nesses periódicos, destacamos primeiramente a pesquisa de Veloso e Amorim (2019), que tem como objetivo discutir elementos da constituição da história da profissão docente em Montes Claros, nas décadas de 1920 e 1930. As autoras discutem tal questão a partir da análise do processo de organização da primeira escola normal da cidade, fundada em 1879, e também traçam um paralelo com o que ocorria no âmbito estadual, em termos de políticas públicas, para a formação de professores. A investigação aponta que Montes Claros esteve em sintonia com o quadro geral do estado e que na escola normal da cidade houve a adesão ao programa de reforma educacional proposto em nível estadual.

Isso significa que o curso normal desenvolvido em Montes Claros refletia determinadas representações da classe docente, mais amplamente difundidas, ambivalências semelhantes às observadas nas políticas públicas estaduais para o ensino, sinalizando facetas polarizadas. Por um lado, demarcava o professor comprometido em aplicar as novas metodologias da educação ativa, do movimento da Escola Nova, hegemônico entre os reformadores educacionais naquele momento, o que exigia do docente uma postura profissional. Por outro lado, sacrifícios, abnegação, atuação missionária, magistério como sacerdócio e amor à infância eram posturas exigidas ao professor, que, embora não fosse considerado o centro do processo educativo, lugar reservado aos alunos conforme os preceitos pedagógicos em voga, era considerado como o maior responsável pelo sucesso ou fracasso da educação (Veloso; Amorim, 2019, p. 235).

Para os nossos interesses de pesquisa, convém salientar que as autoras destacam também que a Escola Normal Oficial de Montes Claros, mesmo marcada pela descontinuidade, característica comum na oferta de formação docente em âmbito nacional,

teve papel fundamental como um centro disseminador de posicionamentos que visavam orientar as ações dos professores, então considerados fundamentais para a implementação das mudanças esperadas, conforme já abordamos. A despeito da constatada importância dessa instituição, de acordo com Veloso e Amorim (2019, p. 223), são incipientes as investigações sobre a Escola Normal Oficial de Montes Claros, se comparadas a publicações sobre outras instituições congêneres, tais como as escolas normais do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, da Bahia e de São Paulo.

Outro estudo que elencamos para a análise, e que também trata da conformação da profissão docente no norte de Minas Gerais, é o de Mello e Santos (2018), que buscam compreender o que significava ser professora alfabetizadora de adultos naquela região, entre os anos de 1940 e 1960. A partir da análise das memórias de sete professoras alfabetizadoras, atuantes em escolas públicas de Montes Claros e entrevistadas pelas pesquisadoras, são evidenciadas as dificuldades, as inquietações, as contradições e os sucessos que perpassaram experiências oriundas do processo de alfabetização na região.

Entre os pontos convergentes dos relatos das professoras, estão as dificuldades com a infraestrutura das escolas, a ausência de material didático pedagógico adequado, o exercício solitário da docência e a falta de planejamento (Mello; Santos, 2018, p. 559). As autoras destacaram ainda que as professoras encaravam o magistério como sacerdócio (Mello; Santos, 2018, p. 563), o que ratifica as constatações do estudo anteriormente citado, de Veloso e Amorim (2019).

Cabe ressaltar que, embora anunciem que se trata de uma investigação sobre o norte de Minas Gerais, Mello e Santos (2018) entrevistam professoras que atuaram especificamente em Montes Claros, apenas. Conforme salientam as próprias autoras, é profícuo buscar compreender as conexões existentes entre a história local, regional e nacional; e Montes Claros, ao que tudo indica, foi um local de referência para a região norte do estado no tocante ao ensino, à escola e à educação. Assim sendo, sobrepor o macro e o micro, o olhar geral e o singular, é uma forma de tornar mais potentes as investigações no campo da história da educação – e está justamente nessa metodologia de análise a pujança dos estudos com recorte regional.

Outro estudo que contempla a região do sertão de Minas nas primeiras décadas do século XX é a pesquisa de Fadul e Galvão (2020), que aborda as impressões de pessoas comuns sobre a experiência da escolarização, por meio de suas autobiografias. Entre essas pessoas, consideradas pelas autoras como “novos letrados”<sup>6</sup>, estão dois sujeitos do sertão mineiro, o Luiz Gonzaga Santos e o Oswaldo José Costa, originários dos municípios de Diamantina (Vale do Jequitinhonha) e Bocaiúva (Norte de Minas Gerais), respectivamente. Nas análises sobre esses personagens do sertão de Minas Gerais, Fadul e Galvão (2020) retratam as dificuldades para ingressar à educação formal e a ausência de recursos financeiros das famílias para destinar à instrução dos filhos; a forte presença da religião na educação e a participação dos pais na condução das escolhas acadêmicas dos filhos e filhas; o imaginário em torno da diplomação que facilitaria a vida daqueles que conseguissem se

formar na escola; a relação entre gerações e os conflitos entre docentes e estudantes; e a importância da alfabetização nos relatos autobiográficos (Fadul; Galvão, 2020), dando o tom dos elementos fundamentais que circularam no imaginário daquele contexto em que os sujeitos investigados estiveram imersos. As autoras demonstraram que a importância da escolarização estava menos relacionada a uma alteração concreta da realidade socioeconômica daqueles sujeitos, e mais representava um bem simbólico, para a superação da exclusão e da marginalização social sofridas. Nesse sentido, ambos os sujeitos investigados descreveram, com orgulho, a educação escolar dos seus familiares, superior à deles próprios, de modo que é possível perceber que a possibilidade de escolarizar os descendentes foi uma herança, uma conquista que valia grandes esforços e sacrifícios.

Embora os dois sujeitos naturais do sertão de Minas fossem de origem pobre, Fadul e Galvão (2020, p. 476) ressaltam uma diferença entre eles: Luiz Gonzaga Santos era negro, e Oswaldo José Costa, branco. A propósito, a despeito de ter alcançado nível inferior de escolaridade, o segundo foi o único, entre todos os novos letrados pesquisados, a lograr sucesso econômico, a enriquecer-se, conforme seu próprio relato. Oswaldo José foi, inclusive, prefeito de sua cidade, e seus filhos tornaram-se médicos e dentistas, enquanto Luiz Gonzaga Santos (1963), filho de escravizados, em sua autobiografia se mostrou satisfeito em ter possibilitado que o filho conquistasse o diploma do primário. Diante disso, as autoras problematizam duas consequências dos preconceitos sofridos pelas populações negras no Brasil, que dizem respeito à educação, e que, no nosso entendimento, devem ser consideradas pelos estudos que visam compreender a história da escolarização no sertão de Minas, devido às características dos chamados “sertanejos”. Primeiro, as constantes retóricas afirmando uma inabilidade intelectual natural presente nos negros e negras; e, segundo, a baixa expectativa de mobilidade social e econômica que marcou a história do mesmo grupo (Fadul; Galvão, 2020, p. 477).

Além disso, as autoras abordam um outro aspecto importante para pesquisas com foco no sertão de Minas: o fato de ter sido comum, nos relatos autobiográficos de todos os sujeitos pesquisados, a existência de uma distinção entre o conhecimento adquirido e/ou transmitido na/pela escola, especificamente o ensino da leitura e da escrita, mais valorizado se comparado aos conhecimentos que circulavam fora da escola, frequentemente nem mesmo considerados como um tipo de saber (Fadul; Galvão, 2020, p. 473). Essa valorização da aprendizagem escolar, em detrimento dos saberes populares, parece-nos configurar uma importante problematização para compreendermos a educação em lugares historicamente marginalizados dos investimentos públicos, distantes dos centros urbanos e essencialmente rurais, caso do sertão de Minas.

Utilizando como fontes esses mesmos registros autobiográficos, outro artigo foi escrito por Neves e Galvão (2015) com o objetivo de fazer que se perceba de que forma diferentes pertencimentos de gênero, classe, raça e origem geográfica influenciaram as representações elaboradas sobre a infância, entre sujeitos que viveram essa fase da vida em Minas Gerais, no período entre 1900 e 1960. Destacaremos novamente as análises sobre as

autobiografias de Luiz Gonzaga Santos e Oswaldo José Costa. O primeiro, negro e descendente de escravizados, em seus relatos ressaltou as ordens religiosas e as festividades que movimentavam o município de Diamantina nas primeiras décadas do século XX, de forma que as autoras puderam perceber como a religião ainda contribuía para a segregação racial da sociedade diamantinense (Neves; Galvão, 2015, p. 265). Já a autobiografia de Oswaldo José Costa (1979) possibilitou que Neves e Galvão (2015, p. 272) destacassem as questões geográficas e de classe, vez que sua infância em Bocaiúva foi vivida de maneira bastante distinta dos que cresceram em grandes cidades do estado, pois ele relata que viu luz elétrica, cinema e rádio somente depois de ter visitado a capital Belo Horizonte.

Notadamente, nos relatos dos dois sujeitos que cresceram no sertão de Minas, em alguns destaques a questão étnica e religiosa sobressai; em outros, as diferenças entre a vida na metrópole e a vida rural, bem como a expectativa de futuro presente nas diferentes classes sociais são as condições que alteravam as circunstâncias formativas das crianças. As conclusões das autoras nos permitem afirmar que o território é algo que influenciou as representações de infância, levando-nos a inferir que podemos investir em pesquisas que pretendem compreender o ser criança no sertão de Minas Gerais. Para tanto, os relatos autobiográficos podem ser fontes profícuas, conforme demonstram Neves e Galvão (2015).

Veloso (2010) também publicou a respeito da escolarização na região-alvo de nossas pesquisas e, em seu artigo, analisou formas de resistência à inspeção escolar praticadas por uma professora primária de uma escola isolada e por um diretor de Grupo Escolar, ambos atuantes na cidade de Montes Claros (MG), no início do século XX. A partir da análise de um conjunto de documentos, tais como o jornal **Gazeta do Norte, a Revista do Ensino de Minas Gerais**, alguns relatórios de inspeção produzidos pelos inspetores e correspondências emitidas pela Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais, a autora demonstrou que, em um contexto de controle do trabalho docente e de imposição de novas formas de ensino, então ditas modernas, em Montes Claros houve quem reagisse às críticas dos inspetores, produzindo relações de resistência. Nos dois casos analisados por Veloso (2010), os sujeitos resistiram, obtiveram sucesso, e esses movimentos contribuíram para a legitimação do lugar social daqueles hierarquicamente mais fracos, considerando as relações de poder na área educacional.

Aos propósitos deste artigo, interessa-nos destacar mais algumas contribuições do estudo de Veloso (2010). Nos dois episódios de conflito por ela estudados, depreendem-se diálogos entre a realidade educacional montes-clarense e o contexto mais amplo das políticas públicas do ensino no estado, formuladas na capital. Essa constatação é comprovada não somente por causa da presença dos inspetores de ensino nas escolas de Montes Claros, mas também pelo fato de a professora envolvida em um litígio com a inspetoria, mesmo atuando em uma escola isolada de Montes Claros, ter demonstrado conhecimento dos conteúdos pedagógicos em circulação. Convém ressaltar que, à época, as escolas isoladas eram consideradas inapropriadas para a educação das crianças, e os Grupos Escolares é que teriam os mais modernos métodos de ensino, a estrutura e a organização adequada do processo

educativo. Entretanto, ao contestar um relatório do inspetor, aquela professora demonstrou estar afinada com a modernização pedagógica, afirmando a atualidade dos seus conhecimentos (Veloso, 2010, p. 152), o que nos permite supor que Montes Claros estava em sintonia com Belo Horizonte no que diz respeito às compreensões acerca da educação. Sobre as relações de Montes Claros com os movimentos de mudança e modernização ocorridos em âmbito estadual, Veloso (2010, p. 137) afirma que a cidade não ficou isolada, apesar das dificuldades de comunicação e transporte e dos 420 quilômetros que a distanciavam de Belo Horizonte. A autora conclui que o não isolamento se deu graças à atuação de pessoas que iam se formar nos centros urbanos e retornavam à cidade e que, exercendo suas atividades profissionais, se empenhavam em garantir o desenvolvimento social, cultural e econômico local.

Entretanto, considerando situações de precarização do Grupo Escolar da cidade, relatadas no artigo de Veloso (2010), notoriamente, os esforços dessas pessoas não resolviam a totalidade das dificuldades. Segundo a autora, existiam em Montes Claros duas escolas isoladas, localizadas nos bairros Malhada e Morrinhos, que concorriam em número de matrículas com o Grupo Escolar da cidade, localizado na área central. Há relatos sobre o risco de encerramento das atividades do Grupo Escolar, devido à falta de matrículas, que atribuem a culpa às escolas isoladas, que atraíam maior número de estudantes (Veloso, 2010, p. 145). Veloso (2010, p. 146) verifica que a situação só foi resolvida quando, em 1927, ficou pronto o prédio próprio com instalações amplas e confortáveis, fato que chamou a atenção da população e garantiu o maior número de matrículas no Grupo Escolar, que, até então, funcionava desde 1909 em dependências improvisadas (Veloso, 2010, p. 145). Vale ressaltar que o edifício do Grupo Escolar era considerado parte importante da nova pedagogia proclamada e que o entendimento acerca do assunto foi o de que a supressão das escolas isoladas pelos Grupos Escolares levaria a educação dos pardieiros aos palácios (Faria Filho, 1996).

Em outro artigo de mesma autoria, a escolarização no sertão mineiro é estudada por meio de uma discussão sobre o ensino da música e dos cantos escolares em Montes Claros e na região ao norte do estado<sup>7</sup>. Nesse artigo, Veloso (2017, p. 438) afirma que, desde a década de 1920, a música esteve presente como uma disciplina escolar na localidade em questão e que, inclusive, era tratada com importância e rigor. Seguindo as orientações expostas no Regulamento do Ensino Primário de Minas Gerais, as perspectivas da disciplina musical, juntamente com as de outras atividades artísticas e culturais, eram amplamente associadas aos festejos de datas cívicas, com o intuito de conferir visibilidade ao sentimento de patriotismo por meio do espetáculo, à semelhança do que ocorria nas grandes cidades, ainda que Montes Claros tivesse menos de 10 mil habitantes naqueles tempos (Veloso, 2017, p. 441). Cumpre salientar que, segundo Veloso (2017, p. 443), tais festividades escolares ocorriam frequentemente e eram bem aceitas e prestigiadas pela população da cidade, cumprindo, assim, as ideias de educação e formação do sujeito civilizado, ordeiro, trabalhador, amante da pátria e integrado à comunidade.

Conforme já abordamos, também no ensino da música teve relevância a atuação de sujeitos formados na capital e que iam para Montes Claros exercer suas profissões, levando os conhecimentos considerados mais avançados. Veloso (2017, p. 439) pôde constatar tal fato, entre outras formas, verificando publicações do jornal **Gazeta do Norte**, que, com entusiasmo, davam notícias sobre a chegada de uma professora de música, formada na capital, para atuar na Escola Normal de Montes Claros.

A propósito, a autora considera que, na região, o referido jornal, assim como o jornal **O Operário**, assumiam uma finalidade formativa e adicional à escola, buscando educar seus leitores, perspectiva comum nos centros urbanos, em que os periódicos fizeram parte de um projeto de modernização da vida cotidiana (Veloso, 2017, p. 436). Daí depreendemos que tais periódicos podem ser utilizados para mais estudos sobre a escolarização na região-alvo de nossas pesquisas. Importante registrar, portanto, que, segundo Veloso (2017, p. 436), o jornal **Gazeta do Norte** foi criado em julho de 1918, em Montes Claros, e circulou na região norte do estado até 1962, dando significativo espaço às questões relativas à educação. Já o jornal **O Operário**, ainda de acordo com a autora, circulou em Montes Claros entre 1931 e 1945, sendo que, a partir de 30 de setembro de 1933, o jornal, que antes se autoproclamava como defensor da classe proletária, passou a se afirmar como um semanário em defesa dos interesses locais.

Por último, analisamos o artigo de Silva e Quillicci Neto (2020, p. 3) sobre a influência da Igreja Católica nas práticas corporais realizadas no Grupo Escolar de Porteirinha, cidade que obteve sua emancipação política em 1930 e, em 1937, pela articulação da elite social e econômica local com a esfera do poder estadual, teve suas três escolas distritais mistas transformadas no Grupo Escolar João Alcântara. Cabe ressaltar que, além de leis e decretos estaduais e municipais, dos documentos produzidos nas escolas distritais, no Grupo Escolar e na paróquia, e de um álbum de recortes de jornais elaborado pelo padre local, entre as fontes utilizadas neste estudo está o jornal **Gazeta do Norte**, isto é, aquele periódico criado em Montes Claros, mobilizado também em estudos anteriormente citados.

Silva e Quillicci Neto (2020) observam que, entre 1930 e 1945, no referido jornal, foram noticiadas a criação de equipes esportivas, a constituição do Grupo de Escoteiros, celebrações de aberturas de campeonatos locais e a realização de comemorações patrióticas envolvendo exposições de ginástica, danças e disputas de vôlei e futebol – iniciativas consubstanciadas por professores do Grupo Escolar e pelo padre da paróquia com sede na cidade. Dessa forma, os autores concluem que, em Porteirinha, a escola e a igreja uniram forças para promover ações de educação do corpo, visando higienizar, docilizar, disciplinar e moralizar segundo preceitos católicos.

Considerando os sete estudos que abordaram a escolarização no sertão de Minas, aqui apresentados, podemos perceber que, não obstante suas contribuições, ainda há muito o que se pesquisar sobre a educação nessa região. E os artigos já publicados podem servir de norte,

tanto no sentido de inspiração para temas e problemas quanto na indicação de fontes a serem exploradas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de considerações finais, frisamos, primeiramente, que os estudos analisados que abordam a região sertão de Minas Gerais e a temporalidade entre 1880 e 1945 se encontram em três grandes temas, a saber: formação e profissionalização docente (3); formação e alfabetização da infância (2); e história das disciplinas escolares (2). Essa informação indica aquilo que tem sido escrutinado pelo campo da história da educação, em cujo escopo nosso campo de estudo se encontra, e a partir dela outros pesquisadores podem prospectar novos temas e objetos de análise que abordem a região.

Também é possível identificar, no universo de estudos analisados, uma tendência a generalizar o território mineiro, como se determinadas localidades representassem a história do estado como um todo, ou, pelo menos, de toda a região ao norte. Acreditamos que uma noção clara sobre um recorte local pode contribuir para análises menos genéricas e homogeneizantes das experiências educacionais investigadas.

Como indicação complementar, verificamos que os acervos e as fontes utilizadas para as pesquisas sobre o sertão de Minas Gerais não são aqueles grandes arquivos usualmente utilizados pelos pesquisadores. As fontes desses conjuntos de trabalhos formam um *corpus* documental de periódicos, diários pessoais, atas de reuniões de Grupos Escolares, relatórios de inspetores escolares, iconografias etc. Tais fontes só puderam ser encontradas através da busca obsessiva desses pesquisadores indo a acervos pessoais em casas de pessoas comuns, em arquivos abandonados em escolas, em acervos episcopais mantidos pelas igrejas nos municípios, entre outros. Esse é um desafio que os pesquisadores terão que enfrentar para a realização de novas investigações sobre o sertão de Minas Gerais, visto que as fontes para esses trabalhos não estão disponíveis nos grandes acervos e arquivos públicos, mas contidos na documentação pessoal e/ou institucional das localidades sobre as quais desejam empreender a pesquisa.

Os obstáculos e desafios são inúmeros, mas buscamos com este artigo apresentar um pequeno número de pesquisas sobre a história da escolarização no sertão mineiro, na tentativa de provocar os pesquisadores do campo para a necessidade e importância das pesquisas com enfoque regional. Parece-nos que esta é uma via profícua para novas descobertas sobre a história da educação no estado de Minas Gerais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. Z. C. M. **Educação e memória**: velhos mestres de Minas Gerais (1924–1944). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BOTO, C. A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos. **Revista História da Educação**, v.18, n. 44, p. 99-127, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/45765>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CAMELO FILHO, J. V. A dinâmica política, econômica e social do rio São Francisco e do seu vale. **Revista Do Departamento De Geografia**, v. 17, p. 83-93, 2011. DOI: <https://doi.org/10.7154/RDG.2005.0017.0006>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47276>. Acesso em: 14 jun. 2022.

COSTA, O. J. **História e mistérios de minha vida**. Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, 1979.

FADUL, C. R.; GALVÃO, A. M. de O. Escolas de memórias: representações da escola entre novos letrados (Minas Gerais, décadas de 1900 a 1930). **Cadernos de História da Educação**, v. 19, n. 2, p. 459-480, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/54495>. Acesso em: 14 jun. 2022.

FARIA FILHO, L. M. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906–1918)**. 196. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

FONSECA, M. V.; BATISTA, V. S. O espaço e a história da educação em Minas Gerais: uma análise a partir de Campanha da Princesa, no século XIX. **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 3, p. 749-766, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14393/che-v18n3-2019-10>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/51744>. Acesso em: 14 jun. 2022.

IBGE. **Meso e Microregiões do IBGE**, 2014. Disponível em: [https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas\\_10\\_2\\_04\\_listam\\_esomicro.pdf](https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_listam_esomicro.pdf). Acesso em: 14 jun. 2022.

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2013.

MELLO, R. T.; SANTOS, S. M. Alfabetizadoras da EJA: entre memórias, saberes e viveres (1940–1960). **Cadernos de História da Educação**, v. 17, n. 2, p. 546-566, 2018. DOI: [10.14393/che-v17n2-2018-16](https://doi.org/10.14393/che-v17n2-2018-16). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/43303>. Acesso em: 14 jun. 2022.

MONARCHA, C. **Brasil arcaico, Escola Nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920–1930**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

NEVES, S. A.; GALVÃO, A. M. O. Representações da infância em memórias e autobiografias – Minas Gerais (1900–1960). **Revista História da Educação**, v. 20, n. 48, p. 259-280, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/49458>. Acesso em: 14 jun. 2022.

SANTOS, L. G. **Memórias de um carpinteiro**. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1963.



SILVA, W. F.; QUILLICCI NETO, A. A educação do corpo no Grupo Escolar João Alcântara em Porteirinha/MG e sua interface com o projeto católico. **Cadernos de História da Educação**, v. 20, 2020. DOI: 10.14393/che-v20-2021-19. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/58234> Acesso em: 14 jun. 2022.

SILVEIRA, V. **Minas Geraes em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

VELOSO, G. M. Inspeção escolar e as estratégias de demarcação de espaço de poder e autonomia profissional (1912-1914). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 10, n. 2, p. 133-167, 2010. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2238-00942010000200006&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-00942010000200006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 14 jun. 2022.

VELOSO, G. M. Representações sobre o Canto e o Ensino da Música: entre a socialização, a arte e a interpretação do texto (1920-1930). **Cadernos de História da Educação**, v. 16, n. 2, p. 434-450, 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/39597>. Acesso em: 14 jun. 2022.

VELOSO, G. M.; AMORIM, M. M. T. Elementos constitutivos da história da profissão docente em Montes Claros (1920-1930). **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 1, p. 221-237, 2019. DOI: 10.14393/che-v18n1-2019-13. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/47661>. Acesso em: 14 jun. 2022.

#### AUTORIA:

\* Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Campus Arinos. Contato: [pedro.silva@ifnmg.edu.br](mailto:pedro.silva@ifnmg.edu.br)

\*\* Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Campus Arinos. Contato: [nadia.rezende@ifnmg.edu.br](mailto:nadia.rezende@ifnmg.edu.br)

#### COMO CITAR ABNT:

PRADO DA SILVA, P. H.; REZENDE, N. B. História da educação de Minas Gerais: os estudos sobre a escolarização no sertão mineiro nas revistas especializadas (1880-1945). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 24, p. 1-18, 2024. DOI: 10.20396/rho.v24i00.8673753. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8673753>. Acesso em: 15 abr. 2024.

#### Notas

<sup>1</sup> Os Grupos Escolares foram parte de uma política republicana implementada em todo o País. Em Minas Gerais, os Grupos Escolares surgiram a partir de 1906, com o objetivo de modificar a forma e as ideias quanto à cultura escolar difundida naquele momento, com o intuito de transferir a escola dos pardieiros aos palácios (Faria Filho, 1996).

<sup>2</sup> Aqui vale lembrar que a navegação no rio São Francisco foi uma das principais vias para escoamento de matéria-prima da mineração, de produtos agrícolas e pecuária, bem como para o

transporte de pessoas, desde o século XIX, aproximando o sertão mineiro das regiões litorâneas. (Camelo Filho, 2011, p. 84). Como afirma Camelo Filho (2011), o rio São Francisco tornou-se o meio importante para as políticas econômicas de Estado, pelo qual o trajeto de Juazeiro (BA) a Pirapora (MG) se constituiu como itinerário fundamental para a manutenção econômica na região norte do estado de Minas Gerais.

<sup>3</sup> Dado que as pesquisas não necessariamente adotam os mesmos marcos temporais escolhidos por nós, é importante observar que, metodologicamente, optamos por incluir entre os estudos relativos à temporalidade entre 1880 e 1945 todos aqueles que alcançam esses anos, ainda que não se limitem a eles.

<sup>4</sup> Devemos reconhecer que a busca restrita a periódicos não nos fornece um resultado que abranja a totalidade dos estudos no campo da história da educação. A título de exemplo, lembramo-nos do hercúleo esforço da professora Sarah Jane Durães, coordenando o projeto **Educação, saúde e arquitetura nos Grupos Escolares Norte-Mineiros: ideário de novos espaços e sujeitos (1906 a 1937)**, junto aos docentes e discentes da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes); ou, ainda, algumas dissertações e teses defendidas nas universidades do estado e fora dele, tal como a tese da professora Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida, sob o título **Educação e memória: velhos mestres de Minas Gerais (1924–1944)**. Estes são alguns exemplos de investigações relevantes, mas que não circularam nos periódicos especializados da área de história da educação, o que notadamente limita seus impactos no avanço dos conhecimentos sobre a escolarização na região do sertão do estado.

<sup>5</sup> Outra localidade que não apresentou nenhum estudo foi a mesorregião Central Mineira.

<sup>6</sup> Este termo foi apropriado das reflexões de Jean Hébrard (1990), isto é, as autoras entendem que “Os novos letrados referem-se, nesse sentido, à primeira geração de indivíduos ou grupos sociais que realizam, com maior intensidade, participação nas culturas do escrito” (Fadul; Galvão, 2020, p. 461).

<sup>7</sup> A autora não delimita com maior precisão o que considerou como “[...] região norte mineira” (Veloso, 2017, p. 436).